



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO nº 16.651/19

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da **PBPrev – Paraíba Previdencia**, concedendo Aposentadoria por Invalidez com Proventos Integrais ao *Sr. Nicácio Wagner Valentim Santos*, matrícula nº 133.349-6, Assessor Auxiliar, lotado na Secretaria Estadual da Educação, que contava, à época do ato, com 31 anos e 07 meses e 26 dias de tempo de serviço e idade de 55 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPjTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara do Egrégio Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo [Portaria A nº 1611], e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 16.651/19

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Nicácio Wagner Valentim Santos*

Órgão: **Paraíba Previdência - PBPrev**

Gestor Responsável: Yuri Simpson Lobato

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadorias por Invalidez com Proventos Integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 00146 / 2020

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 16.651 /19** referente Aposentadoria por Invalidez com Proventos Integrais do *Sr. Nicácio Wagner Valentim Santos*, matrícula nº 133.349-6, Assessor Auxiliar, lotado na Secretaria Estadual da Educação,, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório, [Portaria A nº 1611], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 30 de janeiro de 2020.

Assinado 3 de Fevereiro de 2020 às 12:51



Cons. Antônio Gomes Vieira Filho
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 3 de Fevereiro de 2020 às 13:16



Luciano Andrade Farias
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO